

CUIDADO É FUNDAMENTAL

Escola de Enfermagem Alfredo Pinto – UNIRIO

PESQUISA

DOI: 10.9789/2175-5361.rpcfo.v16.13019

LACUNAS E PROPOSTAS DE PRÁTICAS EDUCATIVAS DE SAÚDE SEXUAL E REPRODUTIVA PARA POPULAÇÃO LGBTQIA+: REVISÃO INTEGRATIVA

Gap and proposals for educational practices of sexual and reproductive health for the LGBTQIA+ population: an integrative review

Lagunas y propuestas de prácticas educativas de salud sexual y reproductiva para la población LGBTQIA+: una revisión integrativa

Carla Cardi Nepomuceno de Paiva¹ 

Mariana Guimarães Bastos² 

RESUMO

Objetivo: analisar as publicações científicas nacionais sobre a atenção à saúde sexual e reprodutiva oferecida para população LGBTQIA+ com relação às principais lacunas e possibilidades das práticas educativas referentes a essa temática no contexto brasileiro. **Método:** revisão integrativa, em seis etapas, com busca dos estudos realizada em junho de 2022 nas bases de dados LILACS, MEDLINE, SCIELO e Web of Science e SCOPUS. **Resultados:** foram recuperados 5.643 estudos e selecionados 14 para análise e discussão. **Destacaram-se os temas:** saúde sexual e reprodutiva com foco na reprodução e nas técnicas reprodutivas, infecções sexualmente transmissíveis e educação em saúde sexual e, por fim, direitos sexuais e reprodutivos. **Conclusão:** foram evidenciadas as principais lacunas quanto ao tema de saúde sexual e reprodutiva, assim como sugestões para práticas educativas ligadas à temática.

DESCRIPTORIOS: Educação em saúde; Minorias sexuais e de gênero; Saúde reprodutiva; Saúde sexual;

^{1,2} Centro Universitário Estácio Juiz de Fora, Minas Gerais, Juiz de Fora, Brasil.

Recebido em: 18/12/2023; Aceito em: 11/01/2024; Publicado em: 03/03/2024

Autor correspondente: Carla Cardi Nepomuceno de Paiva carlacardiuff@gmail.com

Como citar este artigo: Paiva CCN, Bastos M. Lacunas e propostas de práticas educativas de saúde sexual e reprodutiva para população LGBTQIA+: revisão integrativa. R Pesq Cuid Fundam [Internet]. 2023 [acesso ano mês dia];16:e13019 Disponível em:

<https://doi.org/10.9789/2175-5361.rpcfo.v16.13019>



ABSTRACT

Objective: to analyze national scientific publications on the attention to sexual and reproductive health offered to the LGBTQIA+ population about the main gaps and possibilities of educational practices referring to this topic in the Brazilian context. **Method:** integrative review in six stages, with two studies, carried out in June 2022 in the LILACS, MEDLINE, SCIELO Web of Science, and SCOPUS databases. **Results:** 5,643 studies were recovered 14 were selected for analysis and discussion. Highlights the topics: sexual and reproductive health with a focus on reproduction and techniques, sexually transmitted infections, education in sexual health, and finally sexual and reproductive rights. **Conclusion:** found highlighted the main gaps regarding the topics of sexual and reproductive health, as well as suggestions for educational practices.

DESCRIPTORS: Health education; Sexual and gender minorities; Reproductive health; Sexual health;

RESUMEN

Objetivos: analizar las publicaciones científicas nacionales sobre la atención a la salud sexual y reproductiva ofrecida para la población LGBTQIA+ con la relación con las principales lagunas y posibilidades de las prácticas educativas referentes a esa temática en el contexto brasileño. **Método:** revisión integrativa, en seis etapas, con búsqueda de estudios realizados en junio de 2022 en bases de datos LILACS, MEDLINE, SCIELO y Web of Science y SCOPUS. **Resultados:** foram recuperados 5.643 estudos y seleccionados 14 para análisis y discusión. Destacaram-se os temas: saúde sexual e reprodutiva com foco na reprodução e nas técnicas reprodutivas, infecções sexualmente transmissíveis e educação em saúde sexual e, por fim, direitos sexuais e reprodutivos. **Conclusión:** foram evidenciadas como principais lagunas en cuanto al tema de salud sexual y reproductiva, así como sugerencias para prácticas educativas ligadas a temáticas.

DESCRIPTORES: Educación em salud; Minorias sexuales y de género; Salud reproductiva; Salud sexual.

INTRODUÇÃO

No contexto do Sistema Único de Saúde (SUS), as práticas educativas direcionadas à promoção da saúde sexual e reprodutiva da população LGBTQIA+, somadas à assistência clínica e ao aconselhamento, compõem a assistência à saúde sexual e reprodutiva.¹ A atividade educativa em grupo ou individualmente envolve esclarecer e mediar informações sobre direitos e a saúde sexual e reprodutiva. O aconselhamento é um momento individual, no qual o profissional de saúde deve orientar o paciente sobre o uso de métodos contraceptivos, especialmente aqueles escolhidos pela pessoa, e atender às necessidades eventualmente não contempladas na abordagem educativa. Já na atividade clínica, o cuidado à saúde na perspectiva da integralidade envolve exames complementares, encaminhamentos e identificação de outras necessidades relacionadas à saúde de forma geral e à contracepção ou concepção.¹⁻²

Na área da saúde, as ações educativas apresentam características didático-pedagógicas, mas também sociais, técnicas, políticas e científicas. Intimamente ligado a essas ações, encontra-se o princípio de promoção da saúde, que objetiva a autonomia e participação ativa do indivíduo na melhoria da sua qualidade de vida, favorecendo o diálogo e a troca de conhecimentos, bem como o acesso a informações e oportunidades para escolhas reprodutivas informadas, autônomas e seguras.¹

As normativas governamentais para a promoção da saúde sexual e reprodutiva incluem a oferta dessas ações para todas as pessoas e, portanto, inclusive para a população LGBTQIA+.¹ Entretanto, a existência da normativa não garante a sua implantação na prática assistencial, conforme identificado em outras pesquisas.³⁻⁴

Outros estudos sobre a atenção à saúde sexual e reprodutiva ofertada para pessoas LGBTQIA+ mostram que as ações realizadas expõem a defasagem no conhecimento dos profissionais sobre gênero e sexualidade, além de dificuldades de comunicação e ausência de atendimentos direcionados às reais demandas de saúde desse público.^{2,5} Mulheres lésbicas e bissexuais enfrentam despreparo de profissionais, orientação sexual e identidade de gênero invisibilizadas e ausentes nos prontuários clínicos, rotinas heteronormativas, preconceitos e experiências de discriminação nos serviços de saúde, além de omissão diante de suas demandas de saúde, o que se configura como uma violência simbólica e condiciona o menor acesso à saúde.⁵

Outras realidades demonstram a invisibilidade da promoção da saúde sexual e reprodutiva da população LGBTQIA+, tais como a falta de conhecimento e orientação por parte dos profissionais de saúde quanto aos métodos de reprodução assistida disponíveis a este público e de instruções sobre cuidados e técnicas de manutenção dos gametas quando escolhidas as terapias hormonais para o processo transexualizador.⁶ Ademais, a adesão ao errôneo conhecimento popular, o qual explicita a “imunidade” das mulheres lésbicas às infecções sexualmente transmissíveis, dificulta a prevenção e favorece o aumento dos agravos de saúde desse grupo.⁷

Portanto, diante da invisibilidade e dos direitos à saúde sexual e reprodutiva das pessoas LGBTQIA+, considerando a hipótese da incipiência de ações e práticas voltadas para a promoção dos direitos sexuais e reprodutivos e da saúde sexual e reprodutiva deste público, esta pesquisa teve como objetivo analisar as publicações científicas nacionais sobre a atenção à saúde sexual e reprodutiva oferecida para população LGBTQIA+ com relação

às principais lacunas e possibilidades das práticas educativas referentes a essa temática no contexto brasileiro.

Desse modo, este estudo visa estimular a atuação da enfermagem nas ações de promoção da saúde sexual e reprodutiva para pessoas LGBTQIA+, considerando a importância de produzir conhecimentos sobre as dificuldades que permeiam o exercício dos direitos sexuais e reprodutivos destas pessoas nos serviços de saúde, no sentido de propor a inclusão e o respeito à diversidade no âmbito dessas ações. Sabe-se que a enfermagem é uma das categorias profissionais que mais atuam na elaboração e coordenação das práticas educativas de saúde sexual e reprodutiva e, dessa forma, o presente estudo contribui por incentivar a reflexão desses profissionais acerca da necessidade de uma assistência inclusiva, que contemple não só as pessoas heterossexuais, mas que também atenda às necessidades das minorias sexuais e de gênero.

MÉTODOS

Trata-se de uma revisão integrativa, realizada segundo as seis etapas metodológicas descritas a seguir: 1) escolha do tema; 2) seleção dos artigos segundo os critérios de inclusão e exclusão pre-estabelecidos, mediante leitura do título e resumo, e subsequente análise dos estudos incluídos na amostra final; 3) categorização dos estudos através de um quadro de síntese e extração das informações com auxílio de uma planilha construída no Excel; 4) análise descritiva dos artigos selecionados, a fim de responder ao objetivo da revisão; 5) interpretação e discussão dos resultados de acordo com a literatura teórica do tema em questão; e 6) apresentação da síntese do conhecimento.⁸

Destaca-se que o quadro-síntese dos estudos analisados contemplou as seguintes variáveis: ano de publicação, título, autores, periódico, população do estudo, local de realização da pesquisa, temas abordados na prática educativa e abordagens, além de outras informações sobre os desafios e potencialidades da prática educativa e recomendações. O preenchimento desta planilha foi feito por um pesquisador de forma independente, para organizar as informações e padronizar o processo de extração dos dados.

Constituíram critérios de inclusão dos estudos na amostra: estudos produzidos no Brasil sobre práticas educativas com foco na população LGBTQIA+ e estudos no formato de artigos publicados nos idiomas português, inglês e espanhol. Foram excluídas as publicações indisponíveis para leitura do texto completo on-line, resumos de congresso, editoriais, cartas, teses e dissertações.

Para condução deste estudo, definiu-se a seguinte questão norteadora: “Quais são os temas e as principais características dos estudos publicados sobre práticas educativas com foco na saúde sexual e reprodutiva da população LGBTQIA+ no cenário brasileiro?”.

A busca dos estudos foi realizada em junho de 2022, em quatro bases de dados: Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS); Medical Literature Analysis and Retrieval System via PubMed (MEDLINE); Biblioteca eletrônica SCIELO e Web of Science e SCOPUS.

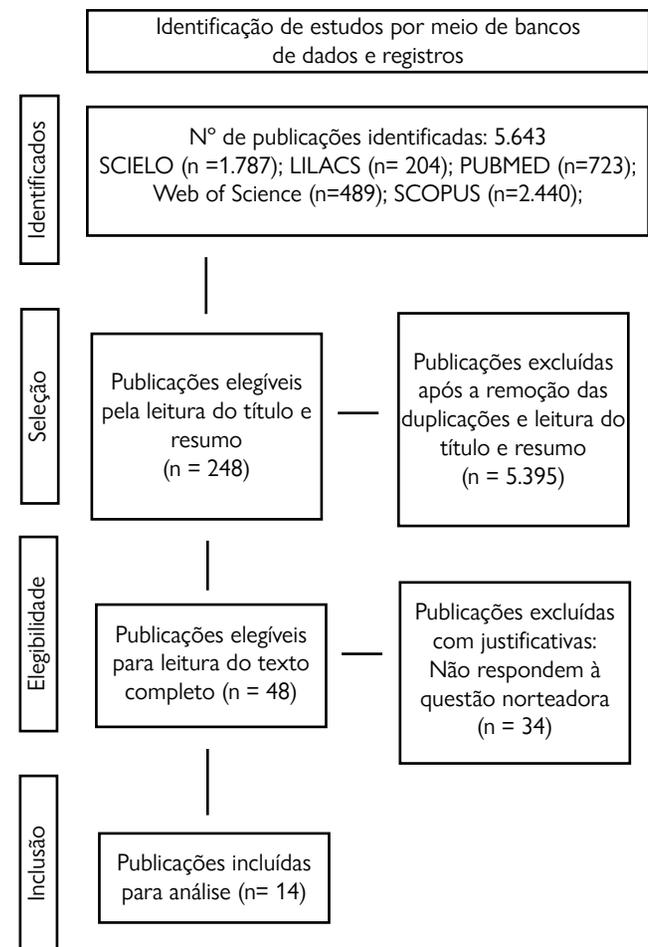
Por envolver apenas estudos com dados secundários, não foi necessário obter aprovação do comitê de ética.

RESULTADOS

A busca possibilitou recuperar 5.643 estudos, dos quais serão foram incluídos na amostra somente aqueles com foco na saúde sexual e reprodutiva da população LGBTQIA+. Após aplicação dos critérios de inclusão previamente estabelecidos, o número de artigos foi reduzido para 48, sendo excluídos 34 por não possuírem relação com o objeto de estudo. Assim, foram selecionados 14 artigos para análise e discussão. Os detalhes do processo de seleção dos estudos, conforme a recomendação PRISMA, estão apresentados na Figura 1.

Observou-se que as publicações analisadas sobre o tema são recentes, pois 50% dos estudos foram publicados entre 2022 e 2021. Além disso, 29% foram publicados em periódicos de Enfermagem e 21% em revistas da Saúde Coletiva. Dentre os temas mais abordados, destacaram-se: saúde sexual e reprodutiva com foco na reprodução e nas técnicas reprodutivas, infecções sexualmente transmissíveis e educação em saúde sexual e, por fim, direitos sexuais e reprodutivos (Tabela 1). O público-alvo das pesquisas foi composto, majoritariamente, por pessoas trans (43%).

Figura 1 – Fluxograma do processo de seleção dos estudos analisados.



Fonte: Elaborado pelos autores

Tabela 1 – Caracterização dos artigos selecionados nas bases de dados LILACS, MEDLINE, SCIELO, Web of Science e SCOPUS. Juiz de Fora, MG, Brasil, 2023.

Título do artigo	Revista e Ano publicação	Público participante	Temas relacionados à saúde sexual e reprodutiva	Lacunas na atenção à saúde sexual e reprodutiva para pessoas LGBTQIA+
Proteção da autonomia reprodutiva dos transexuais. ⁹	Revista Estudos Feministas (2012)	Transexuais	Transexual; planejamento familiar; reprodução assistida	Cuidado ofertado para pessoas transexuais ainda não é pautado no princípio da integralidade. Há desrespeito à autonomia dos direitos sexuais e reprodutivos destas pessoas, principalmente no que tange ao acesso ao planejamento reprodutivo e exercício da paternidade e maternidade, uma vez que o acesso à reprodução assistida ainda é restrito
(In)visibilidade Lésbica na Saúde: Análise de Fatores de Vulnerabilidade no Cuidado em Saúde Sexual de Lésbicas. ⁷	Psicologia: Ciência e Profissão (2020)	Lésbicas	Infecções sexualmente transmissíveis; prevenção; saúde sexual da mulher lésbica	O artigo retrata a falta de conhecimento dos profissionais de saúde sobre a saúde sexual e reprodutiva da mulher lésbica e a invisibilidade da identidade e expressão de gênero e ausência de orientação sexual. Abordagem heteronormativa, restritiva e biomédica, na consulta à mulher, inviabiliza a identificação das necessidades e vulnerabilidades dessas pessoas
A transgender man, a cisgender woman, and assisted reproductive technologies: a Brazilian case report. ⁶	JBRA Assisted Reproduction (2020)	Homens transgêneros	Direito reprodutivo de homens transgêneros; fertilidade; gravidez; reprodução assistida; tratamento hormonal	Homens transgêneros enfrentam dificuldades para acessar tecnologias reprodutivas (conservação de gametas para futuras gestações através da reprodução assistida), bem como para o tratamento hormonal

O cuidado às mulheres lésbicas no campo da saúde sexual e reprodutiva. ⁵	Revista Enfermagem UERJ (2019)	Profissionais médicos e enfermeiros atuantes na atenção primária	Cuidados em relação à saúde sexual e reprodutiva da mulher lésbica; gênero e saúde; violência institucional	Profissionais atuantes na atenção básica não possuem capacitação para o atendimento à saúde sexual e reprodutiva da mulher lésbica. Percepções heteronormativas da sexualidade, estereótipo de gênero, inabilidade de comunicação e omissão em relação às demandas de saúde ainda permeiam as consultas da mulher, que por vezes não verbaliza sua orientação sexual, tanto por ausência desta pergunta no atendimento quanto por medo, estigma e preconceito
Práticas sexuais de mulheres que fazem sexo com mulheres e o uso do preservativo. ¹⁰	Revista Rene (2022)	Mulheres que fazem sexo com mulheres	Infecções sexualmente transmissíveis; educação sexual; homossexualidade feminina; minorias sexuais e de gênero; vulnerabilidade em saúde	Vulnerabilidade das mulheres em adquirir infecções sexualmente transmissíveis, seja pela não adesão ao preservativo, seja pela falta de informação sobre as adaptações dos métodos de barreira aplicáveis às práticas sexuais entre mulheres. Ademais, a falta de informação e a pouca adesão às consultas para rastreamento do câncer do colo do útero e de mama agravam as dificuldades para promoção da saúde sexual e reprodutiva dessas mulheres

Saúde sexual e reprodutiva de homens transgêneros e mulheres homoafetivas. ¹¹	Research, Society and Development (2022)	Profissionais atuantes principalmente na área ginecológica e que atendem minorias sexuais	Minorias sexuais e de gênero; pessoas transgênero; homossexualidade; ginecologia	O artigo aborda de forma consistente, como causas das disparidades de atendimento, a falta de capacitação para cuidar de especificidades desses grupos minoritários, o acesso dificultoso ao sistema de saúde e a descontinuidade dos tratamentos, bem como falha na formação profissional no que diz respeito ao ensino e contato com técnicas e teorias adequadas de atendimento a este público. Destaca ainda os desafios na adesão à consulta ginecológica, o risco para infecções sexualmente transmissíveis e a falta de orientação sobre as consequências da terapia de reposição hormonal e sobre o planejamento reprodutivo.
--	--	---	--	---

Práticas reprodutivas lésbicas: reflexões sobre genética e saúde. ¹²	Ciência & Saúde Coletiva (2017)	Mulheres lésbicas com interesse em ter filhos	Técnicas reprodutivas; medicalização; genética	Uma das principais queixas das mulheres lésbicas no momento da escolha da técnica reprodutiva para a construção de suas famílias é a escassez de doadores de sêmen para o banco nacional. O acesso a tecnologias de reprodução assistida também é difícil
---	---------------------------------	---	--	---

Sexual and reproductive rights under attack: the advance of political and moral conservatism in Brazil. ¹³	Sexual and Reproductive Health Matters (2019)	População em geral, com foco em grupos minoritários	Direitos sexuais e reprodutivos; conservadorismo político; gênero; sexualidade; movimento feminista; LGBTI+	Conservadorismo moral e político impede o avanço dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres e das pessoas LGBTQIA+. Ideologia de gênero é utilizada como argumento conservador e religioso. Retrocessos políticos impedem a discussão sobre saúde sexual e reprodutiva nas escolas, o direito ao aborto legal, assistência à saúde em casos de violência sexual, prevenção de infecções sexualmente transmissíveis e cidadania homossexual
---	---	---	---	--

Evidências científicas sobre experiências de homens transexuais grávidos. ¹⁴	Texto e Contexto Enfermagem (2022)	Homens transexuais grávidos	Pessoas transgênero; gravidez; reprodução; fertilização; inseminação; cuidado pré-natal; enfermagem.	Dificuldades na assistência à saúde mental do público LGBTQIA+ durante o processo gravídico (gestação, parto, nascimento e puerpério) são frequentes, e os profissionais de saúde não só não possuem conhecimento sobre a saúde dos homens transexuais como apresentam estigma e tabu em relação ao tema. Esses fatores dificultam ainda mais a adesão dessas pessoas ao pré-natal e contribuem para violação dos direitos reprodutivos, assistência cisheteronormativa, transfobia e prática profissional discriminatória
---	------------------------------------	-----------------------------	--	--

<p>Autonomia reprodutiva da população trans: Discursos de Direitos Humanos, cisnormatividade e biopolítica.¹⁵</p>	<p>Revista Direito e Praxis (2021)</p>	<p>População trans</p>	<p>População trans; autonomia reprodutiva; biopolítica</p>	<p>Invisibilidade e silenciamento colaboram para a esterilização física e simbólica da população trans. O caráter sociocultural, histórico e ideológico daquilo que é reconhecido como um gênero reforça a falta de conhecimento da sociedade sobre a diversidade sexual e a identidade de gênero e mantém a sexualidade permeada pelos dispositivos de normalização. Isso acentua a invisibilidade dos direitos sexuais e reprodutivos das minorias de gênero, bem como dificulta o acesso a terapias hormonais e demais técnicas do processo transexualizador. Ademais, há ausência de garantias normativas explícitas ou de marcos regulatórios específicos comprometidos com a promoção da cidadania reprodutiva de pessoas trans.</p>
<p>Saúde sexual e reprodutiva na atenção primária à saúde: relatos de mulheres lésbicas.¹⁶</p>	<p>Revista Baiana de Enfermagem (2022)</p>	<p>Mulheres lésbicas</p>	<p>Saúde sexual e reprodutiva; atenção primária à saúde; saúde da mulher; minorias sexuais e de gênero</p>	<p>Há despreparo dos profissionais, desconhecimento sobre a diferença entre orientação sexual e identidade de gênero, ausência de acolhimento e empatia na abordagem profissional, preconceito, objetificação do corpo, não aceitação da homossexualidade e desconhecimento de suas práticas afetivo-sexuais, o que torna os atendimentos influenciados por estereótipos de gênero e sexualidade. Essas foram algumas lacunas identificadas nas assistências à saúde sexual e reprodutiva por parte das mulheres lésbicas participantes do estudo</p>

Direitos sexuais e reprodutivos das pessoas trans: Apagamento institucional nos serviços de saúde e violações aos direitos da personalidade. ¹⁷	<i>Brazilian Journal of Development</i> (2021)	População trans	Violação de direitos; saúde sexual e reprodutiva das pessoas transexuais; homens transexuais; reprodução assistida	O estudo destaca a invisibilidade institucional e nos documentos sobre direitos sexuais e reprodutivos das pessoas transexuais. A falta de uso do nome social, a inadequação do atendimento, a ausência de estudos científicos e o escasso treinamento dos profissionais sobre a saúde reprodutiva das pessoas trans foram obstáculos citados no estudo. Além disso, ressaltou-se a ausência de atendimento dos homens trans nos serviços de reprodução humana assistida e no ambiente físico das clínicas e hospitais
--	--	-----------------	--	--

Tecendo redes de defesa dos direitos sexuais e reprodutivos da população LGBT: reflexões em torno do projeto Banana-Terra no Cariri Cearense. ¹⁸	Revista NAU Social (2021)	População LGBT	Direitos humanos; redes; ativismos; resistências LGBT	O estudo alerta para a potencialidade da articulação da rede de proteção social aos direitos humanos, incluindo os direitos sexuais e reprodutivos das pessoas LGBTQIA+. Destaca ainda o conservadorismo, a errônea concepção da ideologia de gênero, os discursos heteronormativos, a necessidade de se discutir e repensar a efetivação do direito à saúde desta população e estimular a contraposição da intolerância religiosa e a livre manifestação sexual e de gênero
---	---------------------------	----------------	---	--

Direitos e saúde reprodutiva para a população de travestis e transexuais: abjeção e esterilidade simbólica. ¹⁹	Saúde Soc. São Paulo (2017)	Travestis e transexuais	Estudos de gênero; direitos reprodutivos; saúde reprodutiva; aborto; transexualidade; travestilidade	Os autores ressaltam a problemática da falta de capacitação dos profissionais da saúde e despreparo na formação sobre saúde sexual e reprodutiva das pessoas transexuais, bem como a ausência dessas pessoas nas práticas e nos discursos relacionados a direitos e saúde reprodutiva em geral. Alertam ainda para a invisibilidade dessas pessoas nos documentos relacionados ao processo transexualizador e aos direitos da comunidade de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT) e para a heterocisnormatividade reprodutiva e “esterilidade simbólica” da população trans
---	-----------------------------	-------------------------	--	--

Fonte: Elaborado pelos autores.

DISCUSSÃO

Todos os estudos analisados nesta revisão descrevem lacunas na atenção à saúde sexual e reprodutiva das pessoas LGBTQIA+ no cenário nacional, sendo que a falta de formação e capacitação adequada dos profissionais da saúde e a invisibilidade dos direitos sexuais e reprodutivos enquadram-se nos temas com maior destaque. A ênfase atribuída a essas temáticas demonstra alguns dos inúmeros desafios a serem superados para oferta da atenção à saúde das pessoas LGBTQIA+, o que torna primordial debater e refletir sobre esses aspectos.

Em contrapartida, a prática educativa sobre saúde sexual e reprodutiva para pessoas LGBTQIA+ foi descrita em apenas quatro estudos, dos quais somente um apresentou um relato de experiência sobre ações educativas de promoção dos direitos humanos e dos direitos sexuais e reprodutivos, considerando especificidades e singularidades das diversidades sexuais e de gênero.¹⁶⁻¹⁹ Os demais abordaram, majoritariamente, temas restritos a pessoas transexuais e à mulher lésbica, com foco limitado na reprodução assistida, planejamento reprodutivo, prevenção de ISTs e saúde ginecológica.

Sobre a saúde sexual e reprodutiva da população trans, o assunto mais recorrente nos estudos analisados envolveu as técnicas de reprodução humana assistida, de grande relevância para abertura de novas possibilidades de concepção em situações que, naturalmente, esta não se mostra possível.⁹ Contudo, os estudos reforçaram a morosidade e dificuldade de acesso enfrentada pelos casais lésbicos, gays e transexuais, tanto em relação às técnicas quanto à informação sobre esse direito reprodutivo resguardado pela Lei n. 9.263/96 e Portaria n. 1.707 de 18 de agosto de 2008. Ambas, vale ressaltar, garantem as técnicas de concepção para todos os usuários do SUS, visando a integralidade do planejamento familiar e o processo transexualizador. Além disso, destacou-se que o cuidado com as orientações e conservação dos gametas para futuras concepções é ignorado, de modo que a possibilidade de pessoas transexuais terem filhos a partir de seu próprio material genético é desconsiderada, o que impede o exercício de seus direitos reprodutivos.⁹

Acerca das mulheres lésbicas, um tópico recorrente foi a sua invisibilidade, manifestada a partir do mito de que este público possui menor probabilidade de contrair ISTs, situação que reitera a necessidade de orientação sobre a utilização de preservativos, bem

como de estímulo à procura por consulta ginecológica.⁷ Atréados à invisibilidade dos direitos sexuais e reprodutivos destas mulheres, emergiram falta de preparo dos profissionais da área da saúde e desconhecimento sobre as necessidades de saúde da mulher lésbica, como aspectos que reforçam as barreiras de acesso e aumentam a vulnerabilidade deste público. Ademais, consultas, diálogos e rotinas instituídas nos serviços apoiados na heteronormatividade compulsória impedem a criação de vínculo e o estabelecimento de relação de confiança entre o profissional e o sujeito do cuidado, o que interfere diretamente na satisfação e reduz a aderência às ações de prevenção de doenças, promoção da saúde e tratamentos de agravos.⁵

A implementação das práticas educativas para o fortalecimento dos direitos sexuais e reprodutivos da população LGBTQIA+ foi tema somente de um dos estudos analisados.¹⁸ Ele apresenta as vivências no projeto Banana-Terra, uma parceria entre os escritórios brasileiros da Anistia Internacional e do Greenpeace, que busca, através de ações educativas, promover os direitos humanos e combater a degradação do meio ambiente. Nesta experiência, as inúmeras articulações entre participantes, movimentos sociais e ativistas oportunizaram a realização de oficinas, dinâmicas, rodas de conversa, debates e reflexões coletivas integrando a temática nos mais variados contextos vivenciados por essa população, desde o ambiente escolar, religioso, social até o universitário. Com isso, os autores demonstram a possibilidade de expansão de tal iniciativa para além dos serviços de saúde, como uma proposta de melhoria na garantia dos direitos dessa população.¹⁸

Apesar das atividades educativas como foco na promoção da saúde sexual e reprodutiva das pessoas LGBTQIA+ não terem sido o foco dos estudos selecionados nesta revisão, as leituras e reflexões sobre o tema durante a elaboração deste artigo evidenciaram algumas temáticas importantes, que poderão ser aplicadas em ações de educação em saúde, a fim de favorecer o exercício dos direitos sexuais e reprodutivos das minorias sexuais e de gênero.

Dentre os temas relacionados à saúde reprodutiva, destacam-se orientações para os homens transgêneros quanto a tratamento hormonal e procedimentos cirúrgicos com a conservação dos óvulos para a viabilização de futuras gestações, fertilização, inseminação, cirurgia de mamoplastia masculinizadora e outros procedimentos relacionados à redesignação sexual. Também foram destacadas informações sobre a rede de atendimento e os meios de acesso ao processo transexualizador e às práticas de reprodução assistida, abordando os instrumentos e caminhos legais para o exercício do direito à paternidade e maternidade, processo de adoção de filhos, cuidados no pré-natal para casais homoafetivos, incluindo impactos psicológicos e/ou emocionais pós-parto, amamentação e direitos sociais durante e após a gestação, consulta ginecológica e rastreio do câncer de colo do útero e de mama para pessoas que possuem esses órgãos.

Além desses, outros temas podem ser abordados nas práticas de saúde sexual e reprodutiva de pessoas LGBTQIA+, tais como gênero e sexualidade, infecções sexualmente transmissíveis, utilização de preservativos nos brinquedos sexuais compartilhados com as parceiras, bem como de cling film e películas de látex ou poliuretano adaptadas de camisinhas masculina ou feminina durante a prática do sexo oral, testagens para detecção das infecções sexualmente transmissíveis e métodos de higiene íntima. Pertinentes ainda orientações sobre

comportamento sexual de risco, violências sexuais e institucionais e os canais de denúncia para auxiliar na identificação e notificação de agressões verbais e ou físicas nos serviços de saúde, direitos das pessoas LGBTQIA+ e desconstrução da concepção de ideologia de gênero.

Ademais, os serviços de saúde que oferecem as práticas educativas de saúde sexual e reprodutiva, podem direcionar tais grupos para homens transexuais e mulheres lésbicas e bissexuais, sendo essa, inclusive, uma oportunidade para produzir saúde, sanar dúvidas e identificar necessidades de saúde, queixas e medos. Além disso, para fortalecer a cidadania homossexual, esses momentos podem contar com a colaboração de instituições de ensino superior, membros da área jurídica e de outros setores da sociedade.

Como forma de romper com o modelo cisheteronormativo, a inclusão de debates sobre LGBTQIA+fobia na formação dos cursos de saúde e a elaboração de minicursos e rodas de conversa com moderadores membros da população LGBTQIA+, foi uma das demandas recorrente em grande parte dos estudos analisados.^{5,16-17,19} As publicações reforçaram ainda a necessidade de outras estratégias para qualificação e educação permanente dos profissionais de saúde sobre acolhimento, respeito a diversidade, nome social, identidade e expressão de gênero, orientação sexual, saúde sexual e reprodutiva da mulher lésbica e transexuais, assistência de saúde à população trans e suas especificidades.^{15,17-18}

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta revisão integrativa chama atenção para a visibilidade dos direitos sexuais e reprodutivos e da promoção da saúde sexual e reprodutiva de pessoas LGBTQIA+ e, dessa forma, contribui para sensibilizar a enfermagem para a necessidade de implementação de ações assistenciais e educativas que atendam as particularidades dessas pessoas.

É necessário, portanto, que novos estudos sejam elaborados sobre as práticas educativas inclusivas e plurais, principalmente no que tange à demonstração de estratégias aplicadas a saúde sexual e reprodutiva das pessoas LGBTQIA+, não só sobre a prevenção da transmissão das infecções sexualmente transmissíveis, mas também temas relevantes às suas reais demandas e necessidades.

Para que algumas das estratégias apresentadas nesta revisão sejam aplicadas de maneira eficaz, os profissionais da área da saúde devem ser capacitados e atualizados com base nas melhores evidências científicas, para oferecer assistência segura, inclusiva, integral e humanizada. Ressalta-se ainda que o incentivo e a conscientização sobre o tema devem partir desde o início de suas formações acadêmicas e durante a graduação, no sentido de transformar e melhorar cada vez mais a assistência à saúde oferecida para as minorias sexuais e de gênero.

REFERÊNCIAS

1. Ministério da Saúde (BR). Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Caderno Atenção Básica nº 26. Saúde sexual e saúde reprodutiva. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

2. Paiva CCN, Caetano R, Saldanha BL, Penna LHG, Lemos A. Atividades educativas do planejamento reprodutivo sob a perspectiva do usuário da Atenção Primária à Saúde. *Rev. APS. [Internet].* 2019 [acesso em 18 de setembro 2023];22(1). Disponível em: <https://doi.org/10.34019/1809-8363.2019.v22.16675>.
3. Albuquerque MRT de, Botelho NM, Rodrigues CCP. Atenção integral à saúde da população LGBT: Experiência de educação em saúde com agentes comunitários na atenção básica. *Rev. bras. med. fam. comunidade. [Internet].* 2019 [acesso em 20 de agosto 2023];14(41). Disponível em: [https://doi.org/10.5712/rbmfc14\(41\)1758](https://doi.org/10.5712/rbmfc14(41)1758).
4. Silva ALR da, Finkle M, Moretti-Pires RO. Representações sociais de trabalhadores da atenção básica à saúde sobre pessoas LGBT. *Trab. Educ. Saúde (Online). [Internet].* 2019 [acesso em 20 de agosto 2023];17(2):e0019730. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1981-7746-sol00197>.
5. Araujo LM de, Penna LHG, Carinhonha JI, Costa CMA. The care to lesbian women in the field of sexual and reproductive health. *Rev. Enferm. UERJ (Online). [Internet].* 2019 [cited 2023 sep 20];27(0). Available from: <http://dx.doi.org/10.12957/reuerj.2019.34262>.
6. Resende S de S, Kussumoto VH, Arima FHC, Krul PC, Rodovalho NCM, Sampaio MR de J, et al. A transgender man, a cisgender woman, and assisted reproductive technologies: a Brazilian case report. *JBRA Assist. Reprod. [Internet]* 2020 [cited 2023 sep 20];24(4). Available from: <http://dx.doi.org/10.5935/1518-0557.20200024>.
7. Lima MAS de, Saldanha AAW. (In)visibilidade Lésbica na Saúde: Análise de Fatores de Vulnerabilidade no Cuidado em Saúde Sexual de Lésbicas. *Psicol. ciênc. prof. [Internet].* 2020 [acesso e, 20 de setembro 2023];40:e202845. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003202845>.
8. Whitemore R, Knafl K. The integrative review: updated methodology. *J. adv. nurs. [Internet]* 2005 [cited 2023 sep 20];52(5). Available from: <https://doi.org/10.1111/j.1365-2648.2005.03621.x>.
9. Barboza HH. Proteção da autonomia reprodutiva dos transexuais. *Revista Estudos Feministas. [Internet]* 2012 [acesso em 30 de setembro 2023];20(2). Available from: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2012000200015>.
10. Cavalcante DR, Ribeiro SG, Pinheiro AKB, Soares PRAL, Aquino P de S, Chaves AFL. Práticas sexuais de mulheres que fazem sexo com mulheres e o uso do preservativo. *Rev Rene (Online). [Internet].* 2022 [acesso em 4 de agosto 2023];23:e71297-7. Disponível em: <https://doi.org/10.15253/2175-6783.20222371297>.
11. Arruda PM, Oliveira MGL, Colares IA, Britto DF, Peixoto RAC. Saúde sexual e reprodutiva de homens transgêneros e mulheres homoafetivas: Revisão Integrativa. *RSD. [Internet].* 2022 [acesso em 4 de Agosto 2023]; 27;11(2):e35311225676. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v11i2.25676>.
12. Vitule C, Machin R, Couto MT. Práticas reprodutivas lésbicas: reflexões sobre genética e saúde. *Cien Saude Colet. [Internet].* 2017 [acesso em 4 de agosto 2023];22(12). Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-812320172212.06722016>.
13. Reis Brandão E, Cabral C da S. Sexual and reproductive rights under attack: the advance of political and moral conservatism in Brazil. *Sex Reprod Health Matters. [Internet].* 2019 [cited 2023 ago 4];27(2). Available from: <https://doi.org/10.1080/26410397.2019.1669338>.
14. Pereira DMR, Araújo EC de, Cardoso Santos Gomes da Silva AT, Abreu PD de, Calazans JCC, Silva LLSB da. Scientific evidence on experiences of pregnant transsexual men. *Texto & contexto enferm. [Internet].* 2022 [cited 2023 aug 9];31:e20210347. Available from: <https://doi.org/10.1590/1980-265X-TCE-2021-0347en>.
15. Nascimento RB do, Carvalho JLS, Silva D da CP. Autonomia reprodutiva da população trans: Discursos de Direitos Humanos, cisnormatividade e biopolítica. *Rev Direito Práx. [Internet].* 2021 [acesso em 9 de agosto 2023];12(4). Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2179-8966/2020/47944>.
16. Ketzer N, Becker Vieira L, Alessandra Schneck C, Maffaccioli R, Strada J, Patuzzi G, Dalla Nora C. Saúde sexual e reprodutiva na atenção primária à saúde: relatos de mulheres lésbicas. *Rev. baiana enferm. [Internet].* 2022 [cited 2023 sep 10];36. Available from: <https://doi.org/10.18471/rbe.v36.45637>.
17. Yoshioka ARC, de Oliveira JS. Sexual and reproductive rights of trans people: Institutional erasure in health services and violations of personality rights. *Braz. J. Develop. [Internet].* 2021 [cited 2023 nov 6];7(9). Available from: <https://doi.org/10.34117/bjdv7n9-499>.
18. Torres GGS, Gouveia AML, da Silva CR, Barbosa W de F. Tecendo redes de defesa dos direitos sexuais e reprodutivos da população LGBT: reflexões em torno do projeto Banana-Terra no Cariri Cearense. *Nau Soc. [Internet].* 2021 [acesso em 10 de novembro 2023];12(23). Disponível em: <https://doi.org/10.9771/ns.v12i23.43687>.
19. Angonese M, Lago MC de S. Direitos e saúde reprodutiva para a população de travestis e transexuais: abjeção e esterilidade simbólica. *Saude soc. [Internet].* 2017 [acesso em 10 de novembro 2023];26(1). Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902017157712>.